



**OS REFLEXOS DA CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2008 A 2017**

**THE REFLECTIONS OF THE CRISIS OF THE CAPITALIST SYSTEM IN
BRAZILIAN HIGHER EDUCATION IN THE PERIOD 2008 TO 2017**

Maria Claudivane Costa de Oliveira

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Renara Lia Machado Pereira de Araujo

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar as implicações da crise estrutural do sistema capitalista na educação superior brasileira no período de 2008 a 2017. Visa, de forma específica, apresentar a dinâmica da crise que o sistema metabólico do capital vivencia desde 1970, assim como identificar os reflexos da crise na educação superior brasileira, analisando os gastos do governo e os investimentos aplicados nas universidades. A metodologia adotada se desenvolve sob a ótica de uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos e publicações que problematizam e abordam o tema estudado. Diante do exposto, constatou-se que durante o período analisado, houve uma redução nos gastos do governo em relação ao ensino superior, provocando restrições nas atividades das Universidades, tendo em vista, que os investimentos aplicados são insuficientes para a manutenção e sobrevivência das IES.

PALAVRAS-CHAVES: Crise capitalista. Educação superior. Gastos do governo.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to analyze the implications of the structural crisis of the capitalist system in Brazilian higher education from 2008 to 2017. It specifically aims to present the dynamics of the crisis that the capital metabolic system has experienced since 1970, as well as identify the reflexes of the crisis in Brazilian higher education, analyzing the costs of the government and the investments applied in universities. The methodology adopted is developed from the perspective of a bibliographical research, using books, articles and publications that problematize and approach the studied subject. In view of the above, it was observed that during the analyzed period, there was a reduction in government spending in relation to higher education, caused by restrictions in the activities of universities, considering that the investments applied are insufficient for the maintenance and survival of HEIs.

KEYWORDS: Capitalist crisis. College education. Government expenditures.



1 INTRODUÇÃO

O Brasil do século XXI é um país capitalista que vive em uma complexa conjuntura econômica e política. Assim, a crise atual que surgiu em meados de 1970 expõe elementos divergentes dos que a antecederam, sendo enfatizado por Mézaros (2011) como crise estrutural do capital, incorporando as limitações civilizatórias do sistema sociometabólico do capital, evidenciando seu caráter regressivo-destrutivo.

Os impactos de tal crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais, possuindo alcance global. Todavia são pertinentes os impactos causados no Brasil no último período, em movimentos estruturais que abalaram o conjunto dos complexos sociais. Claramente, essa conjuntura afeta todas as instituições de modo geral e, demasiadamente, as instituições de educação superior.

Portanto, o objetivo central deste trabalho é analisar as implicações da crise estrutural do sistema capitalista na educação superior brasileira no período de 2008 a 2017, pretendendo de modo específico apresentar a dinâmica da crise que o sistema metabólico do capital vivencia desde 1970, assim como identificar os reflexos da crise na educação superior, empreendendo uma breve análise nos gastos do governo e nos investimentos aplicados às universidades.

O estudo da educação superior brasileira no contexto da crise do sistema capitalista no período de 2008 a 2017 é apresentado em uma perspectiva crítica, com sustentação teórico-metodológica de caráter descritiva, sendo possível, ainda que rudimentar, identificar o atual cenário da educação superior no contexto da crise do sistema capitalista. O recurso metodológico adotado foi à realização de um estudo teórico-bibliográfico, utilizando livros, artigos e publicações que problematizam e abordam o tema estudado.

Para melhor análise do tema abordado, o presente trabalho está organizado em três seções, que apresenta primeiramente a dinâmica da crise que o sistema metabólico do capital vivencia desde 1970, expondo os elementos que a caracterizam, bem como as estratégias tomadas para solucionar sua atual fase de declínio, em seguida é identificado o cenário do Brasil diante da crise capitalista entre 2008 a 2017, mencionando as principais políticas adotadas para amenizar os efeitos da crise do sistema capitalista. Ademais, iremos expor as consequências que afetam a educação superior diante deste estágio, analisando os gastos e os investimentos do governo no âmbito da educação superior.



2 CARACTERIZAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA CAPITALISTA

Vivemos em um período de uma crise histórica sem precedentes. Sua gravidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo como as vividas no passado, mas é uma crise estrutural, profunda, endêmica, cumulativa, crônica e permanente (MÉSZAROS, 2011) acarretada principalmente pelo caráter expansionista fora do controle em função dos mecanismos de acumulação do próprio sistema do capital.

Esta crise contemporânea foi instaurada em meados dos anos de 1970, com a decadência do modo de acumulação fordista/taylorista e a crise do Estado de bem-estar-social - final dos “anos dourados” - iniciando uma reviravolta no histórico de crises do sistema capitalista. Tendo em vista o desequilíbrio existente entre produção e consumo e os aspectos estruturais do capital, o capitalismo ingressou em uma fase irreversível de crise estrutural de tal forma que a mesma não se limita apenas ao cenário econômico, se proliferando sobre as instituições políticas, instituindo a necessidade de novas “garantias políticas”.

Portanto, a crise estrutural é uma verdadeira crise de dominação em geral, uma vez que atinge a estrutura capitalista e o conjunto dos complexos sociais, características fundamentais que a particulariza no movimento histórico do capital, evidenciando, desta forma, que as grandezas responsáveis pela autoexpansão interna do capital foram frisadas por irregularidades que comprometem a sua extensa reprodução, comprovando de tal forma os efeitos desastrosos para a sociedade (MÉSZAROS, 2011).

Dentre as estratégias adotadas pelo capitalismo no sentido de evitar sua falência, visando programar medidas de reestruturação, diante do quadro crítico, cabe destacar a reestruturação produtiva correspondente ao processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva. O neoliberalismo que se manifestou como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defendia a não intervenção do estado na economia, isto é, através de um conjunto de reformas concretas no âmbito econômico, político e ideológico. Assim como também o processo de financeirização impulsionando a lógica de que dinheiro tem que gerar dinheiro por si só (fetichismo financeiro).

Diante do exposto, o desenvolvimento contínuo da crise se efetiva na constante expropriação dos recursos naturais, na remoção dos direitos sociais e na reestruturação produtiva como perspectiva de restaurar as taxas de lucros do capital (ANTUNES, 2002).

Em busca de mecanismo para tentar superar a crise, os capitalistas elaboram artifícios para tentar recuperar as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as



contrarreformas do Estado. Assim, no contexto das contrarreformas, a crise movimenta a esfera do capital em busca de efetuar as políticas neoliberais, obtendo desta forma, transformações na configuração do Estado (PAULA; AMÂNCIO; PONTES, 2015).

Segundo Mézaros (2011, p.107) “O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico”, ou seja, o estado se refere a um pressuposto essencial para a operacionalidade do sistema metabólico do capital.

Mediante aos fatos, articula-se que o neoliberalismo além de transformar materialmente o cenário econômico, político, jurídico e social, consegue que esta transformação seja aceita como a única saída possível, tal percepção fica clara com o pensamento de Antunes (2002, p.31).

[...] como resposta à própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo contorno mais evidente foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho.

Portanto, todas as dimensões que expressam as características particulares da crise no cenário atual sancionam uma visão de que a humanidade se encontra em uma encruzilhada definitiva. Conseqüentemente, abre-se espaço para o surgimento de movimentos revolucionários, outorgando espaço para algo além do capital.

Mézaros (2011) enfatiza a importância da luta de classe no processo revolucionário, assim como também os problemas enfrentados pelas organizações dos trabalhadores em meio ao contexto antagônico para os movimentos de esquerda. O autor também apresenta como ponto decisivo o descaso da ideia de que a revolução será efeito da conquista de ajustes reformistas e a situação da conjuntura revolucionaria como objeto excepcional da luta de classes.

Em vista disso, apesar do cenário de crise estrutural revelar estragos perversos para a sociedade em geral, acredita-se na possibilidade de uma “práxis revolucionária”, logo, apesar de tudo, as tendências históricas manifestam-se em direção de uma sociedade para além do capital.

2.1 O Brasil no contexto da crise do capital

No sistema capitalista são pertinentes os colapsos decorrentes das crises do capital, impactando o cenário financeiro, econômico e político. A crise ocorrida em meados de 2008

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



iniciou com a chamada Bolha Imobiliária, estreando nos Estados Unidos e se alastrando por todo o planeta.

Segundo Assaf Neto (2012), um vasto desequilíbrio no setor financeiro, redução das taxas de juros, aumento da liquidez dos agentes econômicos, assim como alta competitividade, foram os principais fatores responsáveis pelo o aumento da inadimplência do mercado de hipotecas imobiliárias americana.

O aumento da inadimplência e o controle do fornecimento de crédito ocasionou uma queda na produtividade, aumento do desemprego, redução do PIB (Produto Interno Bruto) e diminuição no crescimento, abalando a economia internacional e refletindo de forma negativa em vários países, entre eles o Brasil.

Para Mercadante (2009) o Brasil começou a sentir os impactos da crise econômica mundial a partir de setembro de 2008 resultando alta pressão sobre a taxa de câmbio, restrições monetárias afetando as atividades e planos de produção das empresas submetidas reduzindo desta forma a oferta de emprego. Diante deste cenário o governo brasileiro adotou várias medidas abrangendo as áreas fiscais, monetárias, creditícias e cambiais, para reduzir os efeitos da crise no país.

As medidas adotadas incluíram uma grande variedade de instrumentos, entre eles, reforço a liquidez do setor bancário, intervenção do Banco Central do Brasil (BCB) no mercado de câmbio, oferta temporária de crédito para exportação, evitando desta maneira um impacto mais drástico na economia brasileira, permitindo uma recuperação rápida a partir de 2009. A ocasião favoreceu o crescimento nos investimentos no PIB, resultando em um crescimento de 17% em 2009 para 20,5% em 2010, assim como também foi registrado uma enorme valorização na moeda brasileira em 2009 (PAULA; PIRES, 2017).

Entre 2010 a 2014, destacaram-se novas mudanças nos instrumentos das políticas adotadas, o uso de medidas macroprudenciais monetárias e cambiais, redução na taxa Selic, somada às isenções fiscais não foram suficientes para fomentar aceleração da economia. Conseqüentemente, em 2015-2016 o país sofreu novamente uma série de impactos - ajustes fiscais, aumento da taxa Selic, desvalorização da moeda e decadência nos métodos de troca- atrasando cada vez mais a recuperação da economia.

Portanto, o ano de 2016 prosseguiu com a degradação econômica do Brasil, proliferando os reflexos da crise, impondo ao governo o desafio de determinar uma estratégia eficaz, capaz de reverter tal situação.



3 AS IMPLICAÇÕES DA CRISE ESTRUTURAL CAPITALISTA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2008 A 2017

Com a crise estrutural capitalista, todas as áreas de dimensão social também entraram em crise, e neste contexto se encontra a educação superior. As universidades públicas brasileiras foram significativamente afetadas à proporção que a crise estrutural capitalista se desenvolveu, inicialmente pela recessão e pelos cortes advindos de entes federativos.

Nessa conjuntura complexa, devido à profundidade da recessão econômica resultante de um conjunto de choques e demandas, essas instituições de educação superior (IES), nos últimos anos, vêm enfrentando dificuldades proporcionadas pelos “cortes de verbas de manutenção e renovação das instituições, comprometendo a estrutura física dos campi” (MANCEBO, 2017, p.884). Além disso, a atual conjuntura está derivando as funções das IES públicas (federais e estaduais), afetando a manutenção dos serviços básicos, material e políticas de apoio estudantil, além da redução de programas acadêmicos e contratos.

Salienta-se que os efeitos da crise econômica vêm provocando uma discrepância dos investimentos nas universidades públicas brasileiras. Devido à oscilação nos investimentos as IES públicas encontram dificuldades para a manutenção dos campi e a execução de bolsas e atividades remuneradas aos discentes, dessa forma, ocorre o comprometimento das universidades com os instrumentos de poder do capital.

Sendo a educação superior uma das áreas afetadas pelo capitalismo, é possível salientar a disparidade nos investimentos com funcionamento e obras em geral das IES públicas. Como, por exemplo, “Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a falta de recursos afetou as construções de prédios no campus. A Instituição também aponta que tem quatro meses de água e luz atrasados” (DOLCE, 2017).

O orçamento relativo aos gastos com o funcionamento das universidades federais caiu 9,2% de 2016 para 2017 e 31,1% nos gastos com obras no mesmo período, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Orçamento das Universidades Federais

	2016	2017	Variação (%)
Gastos de funcionamento	R\$ 5,211 bilhões	R\$ 4,733 bilhões	-9,2
Gastos com obras	R\$ 1,630 bilhão	R\$ 1,123 bilhão	-31,1

Fonte: Adaptada de Modzeleski; Tenente; Fajardo (2017).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Na Universidade Federal do Piauí (UFPI) os funcionários terceirizados responsáveis por segurança e limpeza foram reduzidos de 20% a 30%. Apenas estruturas anteriores a 2016 com diligência já realizada estão em curso. Os laboratórios apresentam carência de equipamentos necessários ao funcionamento dos mesmos, assim como também, uma demora em restituição por causa da falta de fundos (G1, 2017). Portanto, levando em conta os acometimentos das IES públicas dentro da crise estrutural capitalista, durante o ano de 2017 as universidades federais expressaram receio com a falta de recursos que deveriam coletar do Ministério da Educação (MEC).

Os cortes orçamentários realizados pelo MEC atingiram também a Universidade de Brasília (UnB), uma vez que a mesma iniciou este período com várias dúvidas e indefinições para os discentes e funcionários. Dessa forma, os serviços substanciais, como serviços de limpeza, energia, restaurantes universitários e outros podem ser prejudicados até setembro. (MOLINA, 2017).

Portanto, é pertinente a queda nos investimentos nas IES públicas no que diz respeito aos gastos com funcionamentos e com obras. Além das universidades federais, as IES estaduais também sofrem os impactos da crise estrutural capitalista. O governo do estado do Ceará, por exemplo, tem expressado extensa imparcialidade pelo grupo de ensino superior estadual, no qual se demonstra na postura pública dos chefes de estado ao declararem que a sua preocupação maior é com o ensino médio, sendo o ensino superior abrangido pela União (ALVES; MACÁRIO; VALE, 2013).

Dessa forma, tal preocupação pode ser assemelhada ao maior custo do ensino básico em relação à educação superior, ocorrendo um confronto acerca do capital destinado a educação básica e ao ensino superior.

Tabela 2 – Despesas da União com as Universidades Federais e com a Educação Básica/ 2007-2014.

ANO	DESPESAS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA (A)	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS R\$ (B)	A/B (%)
2007	37.409.814.975	24.222.544.228	64,75
2008	41.075.120.934	26.073.363.294	63,48
2009	50.844.792.868	30.706.012.287	60,39
2010	64.007.866.621	35.426.933.937	55,35
2011	72.340.209.676	37.802.840.192	52,26

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



2012	67.632.051.183	35.370.114.929	52,30
2013	75.575.245.707	39.017.383.884	51,63
2014	84.649.023.540	41.076.643.811	48,53

Fonte: Adaptada de REIS (2016).

Ao analisar a Tabela 2, é possível apurar, em teor financeiro, que os investimentos em universidades federais vêm sendo proporcionalmente reduzidos quando comparados com as despesas da União em função da educação básica. Dessa forma, há um crescimento significativo nos recursos aplicados à educação básica, todavia, esse aumento nos recursos não pode ser utilizado como fundamento para propor restrição nas universidades federais.

Diante da dinâmica da crise estrutural, fica evidente que todos os elementos sociais também entraram em decadência, e nessa circunstância, educação com um caráter singular proporciona uma intervenção sutil, no entanto, sem deixar de ser eficaz. “A educação, desta forma, migrou de uma esfera social para uma esfera mercantilista, passando a ser designada como uma atividade mercadológica” (GUERRA, 2011, p.3).

Portanto, diante do exposto é possível salientar que houve um período (2003 a 2014) em que um conjunto de políticas, programas e iniciativas permitiram a democratização e expansão do ensino superior - público e privado - no país, no entanto, em 2016, o processo de ruptura democrática possibilitou uma reviravolta de natureza ultraneoliberal que se manifesta em diversas iniciativas de desmonte e sucateamento da educação pública em benefício da mercantilização.

Em vista disso, uma das ações que exemplifica essa guinada foi aprovação da PEC 241/2016 que congela os investimentos públicos por durante 20 anos, além disso, políticas públicas importantes para a educação superior, como por exemplo, Ciência sem Fronteiras, que chegou ao fim para estudantes de graduação em 2017 por falta de recursos, assim como o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) que vem passando por várias tentativas de desfecho desde 2015. “Termos como redução, cancelamento, corte, substituição etc, passaram a compor constantemente a pauta de discussões sobre o PIBID”. (MARQUES, 2018).

Nessas circunstâncias, as consequências advindas do capitalismo se proliferaram de modo a atingir a educação superior de forma devastadora, decretando novos rumos para o ensino superior, comprometendo, desta forma, todos os parâmetros das IES públicas.



4 CONCLUSÃO

O quadro conjuntural da crise estrutural que se abate sobre o sistema do capitalismo a partir da década de 1970 aponta algumas peculiaridades cuja seriedade não pode ser ignorada. As crises cíclicas foram substituídas por uma crise cumulativa, contínua e irreversível, pela qual o espectro destrutivo do capital atinge sua estrutura global. Lesionando terrivelmente o complexo social, incluindo a sociedade capitalista em um beco sem saída.

Assim, compreendemos que no período de 2008 a 2017 o capital tem gerenciado os investimentos no âmbito da educação superior brasileira, provocando grandes mudanças no interior da mesma, não apenas de ordem pedagógica, produção de novos conhecimentos, investimentos em formação docente, pesquisa e extensão, mas contrariando os princípios que norteiam a concepção de educação emancipatória, crítica e reflexiva, empreendendo dentro das instituições uma verdadeira luta, considerando-as meras mercadorias e passíveis de exploração e subordinação.

A redução nos gastos do governo além desqualificar cada vez mais a educação e a formação profissional, compromete a manutenção estrutural, assim como também, insumos básicos necessários ao funcionamento das IES públicas, evidenciando que os investimentos aplicados são insuficientes e incapazes para manutenção e sobrevivência de todas as atividades realizadas pelas universidades. Portanto, as IES públicas não conseguiram ficar de fora da natureza agressiva do capitalismo.

Conseqüentemente, devido a fatores conjunturais de caráter estrutural, o cenário da educação superior brasileira entre 2008-2017 se trata de um grande colapso. Necessitando de um planejamento econômico por parte do governo, adotando um conjunto de medidas eficientes para contrapor-se aos efeitos das crises do sistema capitalista, assim como minimizar os desafios impostos às universidades públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, D.C.; MACÁRIO, E.; VALE, E. S. do. **A política de ensino superior no Ceará: o caso da Universidade Estadual do Ceará**. VI Jornada de Políticas Públicas, São Luís-MA, p.11, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anaiseixo15impasesedesafiosdaspolicasdeeducacao/apoliticadeensinosuperiornocearaocasodauniversidadeestadualdoceara.pdf>>. Acesso em: 14 mar.2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.



ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DOLCE, J. **Com cortes de verbas, Universidades Federais sofrem com demissões e terceirização**. Brasil de Fato, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/29/com-cortes-de-verbas-universidades-federais-sofrem-com-demissoes-e-terceirizacao/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

G1. **Veja o impacto do corte de verbas em universidades e institutos federais de 14 estados**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/veja-o-impacto-do-corte-de-verbas-em-universidades-e-institutos-federais-de-14-estados.ghtml>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

GUERRA, M. A. M. A. **A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: uma análise crítica**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, p.9, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSE_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/A_EDUCACAO_SUPERIOR_BRASILEIRA_NO_CONTEXTO_DA_CRISE_DO_CAPITAL.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MANCIBO, D. Crise político-econômica no Brasil: Breve análise da educação superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n.º. 141, p.875-892, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>>. Acesso em: 28 fev.2018.

MARQUES, D. **O fim e a finalidade do PIBID!** Ponto Crítico, 2018. Disponível em: <<https://pontocritico.org/08/02/2018/o-fim-e-finalidade-do-pibid/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MERCADANTE, A. **O Brasil e a Crise: Inflexão histórica**, Brasília, p.88, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MODZELESKI, A.; TENENTE, L.; FAJARDO, V. **Sem dinheiro, universidades federais demitem terceirizados, reduzem consumo, cortam bolsas e paralisam obras**. G1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/sem-dinheiro-universidades-federais-demitem-terceirizados-reduzem-consumo-cortam-bolsas-e-paralisam-obras.ghtml>> Acesso em: 05 mar 2018.

MOLINA, D. **Com crises nas universidades federais, UnB pede socorro**. 2017. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_ensinosuperior/2017/08/23/ensino_ensinosuperior_interna,620097/artigo-com-crise-nas-universidades-federais-unb-pede-socorro.shtml>. Acesso em: 14 mar.2018.

PAULA, A. S. do. N. de.; AMÂNCIO, N. M.; PONTES, A. P. **A CRISE DA UNIVERSIDADE: uma análise da política de educação superior**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, p.11, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/eixo13.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



PAULA, L. F. de.; PIRES, M. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. p. 125-144, 2017. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/178952/O%20Brasil%20e%20a%20crise.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 fev.2018.

REIS, L. F. **Dívida Pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. ANDES-SN, p.35,2016. Disponível em< <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-141512924.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.